

Escolas insistem em

DF - Educação

8/2/87, DOMINGO • 19

desobediência civil

Ficou decidido ontem através de assembléia, que as escolas de ensino particular de Brasília estão de pleno acordo com as resoluções da Fenen — Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — ou seja, irão desrespeitar, o reajuste de 35% mais 15% negociáveis proposto por decreto do governo. Concordaram unanimemente que os valores das mensalidades serão fixadas pelas próprias escolas, de acordo com a necessidade de cada uma, e que o reinício do ano letivo seguirá o cronograma previamente estabelecido.

As resoluções aprovadas pelos 150 representantes das escolas privadas do Distrito Federal, em assembléia na manhã de ontem, na sede do Sinepe foram: que os sindicatos e associações requeiram do Procurador-Geral da República um exame sobre a validade e constitucionalidade dos Decretos n°s 93.893/87 e 93.911/87, que cada sindicato orientará a defesa em juízo, de qualquer escola que for ameaçada ou punida em razão do disposto nos mencionados decretos: que devem ser fixados pelas próprias escolas ou valores provisórios para cobrança nos níveis necessários a cada escola para funcionar; que em caso de punição injusta ou ilegal de qualquer escola, com base nos decretos questionados, todas as demais escolas deverão paralisar suas atividades; que nenhuma escola pratique a negociação prevista nos dois decretos, quer porque representa congestão apenas na estipulação de preços e não nos riscos, obrigações, investimentos e encargos sociais e fiscais, ou porque tal negociação seria o único caso de preços fixados o que não acontece nem mesmo com impostos e tarifas públicas. Foi aprovado também que se inicie o ano letivo de 1987 até o dia 5 de abril, quando durante o vigésimo primeiro Conepe, concentradas as escolas em Brasília, se fará uma reavaliação do quadro vigente para novo posicionamento.

"A nossa projeção inicial é de uma previsão de um reajuste salarial mínimo de 62,5% até março", afirmou o presidente do Sinepe, Aloísio Pacheco de Brito. Frisou o sindicalista que "como cada escola tem as suas peculiaridades, a sua realidade própria, é mais do que justo que seja elaborada uma planilha de custos de forma individual, possibilitando a cobrança de semestralidade de acordos com os seus levantamentos". Ele não concorda que este posicionamento do sindicato e da Federação seja uma desobediência civil.